

5 Conclusão e Sugestões

5.1 Conclusão

Este estudo buscou determinar como as empresas brasileiras podem ser classificadas quanto as suas práticas de gestão ambiental e verificou se os grupos encontrados possuem desempenho econômico-financeiro significativamente distintos. Para tanto, utilizou-se diversas ferramentas estatísticas.

Ao se observar os resultados apresentados no capítulo anterior, conclui-se que, quanto à gestão ambiental, o comportamento das empresas pesquisadas pode ser classificado em dois grupos distintos.

No primeiro grupo têm-se as empresas ecologicamente mais conscientes (ou proativas, de acordo com Maimon (1994), Sanches (2000) e Rohrich e Cunha (2004), ou de integração estratégica de acordo com Barbieri (2004), ou de integração matricial de acordo com Corazza (2003), ou de integração externa de acordo com Jabbour e Santos (2006)). O comportamento destas é baseado em um paradigma que mescla os comportamentos ambientais proativos e preventivos (Maimon, 1994; Venselaar, 1995; Rohrich e Cunha, 2004) aplicados ao processo produtivo e decisões estratégicas.

No segundo *cluster*, têm-se as empresas ecologicamente menos conscientes. O comportamento ambiental destas empresas apresentou-se inferior em todas as variáveis estudadas. Jabbour e Santos, 2006 o definem como uma especialização funcional. Donaire, 1994 o chama de “Controle ambiental nas saídas”, Barbieri, 1994 e Rohrich e Cunha, 2004 o definem como controle e por fim, outros pesquisadores usam o termo “postura reativa” (Maimon, 1994; Venselaar, 1995; Sanches, 2000).

Chama a atenção o fato de que nem todas as empresas da amostra garantam conformidade legal no manuseio de seus resíduos sólidos e efluentes. Esta constatação vai de encontro às propostas de taxonomias estudadas para fundamentar este trabalho. Isto porque todos os autores consideram o cumprimento das leis algo obrigatório e, portanto, acredita-se que 100% das empresas estejam operando sob estas condições. Como hipótese para explicar esta

dicotomia especula-se que tal fato possa estar ocorrendo em função da falta de fiscalização, da dificuldade em interpretar a legislação, da impunidade e do desconhecimento das leis ambientais por parte das empresas.

Segundo Azapagic e Perdan (2000) “os indicadores podem indicar diferentes caminhos, dependendo do objetivo da avaliação.” Consequentemente, erros ou problemas de vieses podem ter ocorridos na pesquisa. Como exemplo cita-se dificuldades na interpretação das perguntas ou o já comentado fenômeno da “maquiagem verde” citado por Barbieri (2004).

No que diz respeito ao desempenho econômico-financeiro dos *clusters* observa-se que os mesmos não apresentam diferenças significativas em nenhuma das variáveis analisadas. Os resultados da análise multivariada de variância indicam que ao se levar em conta todas as variáveis econômico-financeiras em conjunto, os dois grupos possuem desempenho estatisticamente semelhantes. Quando analisadas separadamente por meio da Análise de variância, os resultados também indicam que não há diferenças significativas entre os dois grupos formados.

Tal constatação vai de encontro aos estudos de Klassen e McLaughlin (1996), Curran (2005), Bertagnolli, Ott e Damacena (2006), Karagozoglu e Lindell (2000) e Russo e Fouts (1997) que indicam que o tipo de gestão ambiental adotada influencia o desempenho econômico-financeiro das empresas, no entanto, está de acordo com os estudos de Cohen, Feen e Konar (1997), Freedman e Jaggi (1982), Valentim, Coelho e Soares (2006), Ceretta et al. (2009) e Gomes e Tortato (2011) que sustentam que esta correlação não existe.

Sob a ótica de Marcus e Fremeth (2009), Elkington (2012) e Hart (1997) ser ambientalmente responsável é sempre uma postura correta, independente de resultados de curto prazo, pois, considerando a miríade de aspectos que a temática da sustentabilidade suscitou, há muitos aspectos tangíveis e intangíveis ainda não considerados no cálculo do resultado das operações das empresas.

Pode-se assim desconstruir o argumento de que investimentos em ações ambientalmente sustentáveis são custos extras que minam a competitividade das empresas (Friedman, 1970; McGuire, Sundgren e Schneeweis, 1988).

5.2

Sugestões para pesquisas futuras

Recomenda-se que nos próximos estudos sejam utilizadas mais variáveis para compreender o comportamento ambiental das empresas. Tal ação visa abarcar o máximo de possibilidades na área da Gestão ambiental, ainda em desenvolvimento (Porter e Linde, 1995; Azapagic e Perdan, 2000; Krajnc e Glavic, 2005; Lombardi e Brito, 2007). Para tanto, sugere-se que o pesquisador também utilize variáveis quantitativas de escala intervalar ou de razão para avaliar as práticas ambientais, pois as mesmas possibilitarão análises estatísticas mais profundas e a seleção dos fatores que são significativos e que permitirão entender melhor o fenômeno pesquisado.

Considera-se também interessante a replicação do estudo buscando entender o comportamento ambiental das empresas em função do tamanho das mesmas, pois acredita-se que a percepção da importância das boas práticas ambientais ou da implementação de sistemas de gestão ambiental varia em função deste fator.

Outro aspecto relevante que pode ser explorado como fator de análise para estudos futuros diz respeito às diferenças de práticas ambientais em diversos países ou até mesmo continentes. Assim, poder-se-ia ter uma visão melhor da importância da gestão ambiental em função da distribuição geográfica das empresas.

Uma abordagem complementar a este estudo que pode ajudar a entender os fenômenos aqui estudados, notadamente as relações entre os tipos de gestão ambiental e o desempenho econômico-financeiro das empresas, diz respeito à percepção do consumidor e disposição em investir mais em produtos ecologicamente sustentáveis. Acredita-se que um mapeamento do perfil do consumidor consciente poderá ajudar as empresas a se posicionarem melhor e, conseqüentemente, adotarem estratégias mais alinhadas às demandas do seu público alvo.

Por fim, sugere-se a realização de estudos para mensurar a percepção dos gestores, diretorias e conselhos de administração das empresas quanto à legitimidade e lucratividade em se investir em sistemas de Gestão ambiental.